

RESENHA: RIBEIRO, Fábio. **Telejornalismo policial**, senso comum e classe social. Curitiba: Prismas, 2017.

Raphael Nascimento¹

Compreender as relações entre a produção e o consumo de conteúdos exibidos diariamente pelos programas policiais no Brasil: este é o objetivo do livro *Telejornalismo policial, senso comum e classe social*, de autoria de Fábio Ribeiro. A publicação é fruto de sua dissertação de mestrado, defendida no ano de 2016, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

A *ontologia relacional* de Pierre Bourdieu orienta a análise do trabalho de campo realizado pelo autor. De início, serve para explicar as relações entre o conteúdo das notícias e a performance dos apresentadores, focando os aspectos organizacionais e, no mesmo sentido, a *illusio* que envolve o campo do *jornalismo popular*; no segundo momento, serve para revelar as conexões entre as disposições diferencialmente incorporadas pelos telespectadores e suas percepções.

Outra referência teórica importante são os estudos de John Thompson. Seguindo a tipologia das formas de comunicação deste autor, Ribeiro interpreta o telejornalismo policial como uma *quase-interação mediada*, isto é, uma situação interativa na qual um pequeno grupo de emissores se comunica com um sem-número de receptores. Embora atualmente estes últimos possam se utilizar de diversos mecanismos para interagir com os primeiros, como e-mails e mensagens pelas redes sociais, a comunicação continua, em grande medida, monológica.

Se, no plano teórico, o autor intersecciona Bourdieu e Thompson com diferentes literaturas, provindas da Sociologia e do campo da Comunicação, do ponto de vista metodológico o ecletismo também é a tônica. Entre os procedimentos utilizados, estão: uma revisão da literatura sobre a relação entre o telejornalismo policial e o chamado jornalismo popular; a etnografia na redação de um programa policial de Juiz de Fora/MG; a análise discursiva de dois telejornais nacionais; e a aplicação de questionários cruzada à realização de entrevistas e grupos focais com jovens de duas cidades mineiras.

¹ PPGS/UFPE. Contato: raphael.nascimento93@gmail.com.

Explicitando o amplo quadro teórico-metodológico, a longa introdução traz, ainda, uma importante discussão a respeito do papel das novas mídias na desconstrução da hegemonia televisiva. O autor destaca alguns movimentos nesse sentido, como a relação inversamente proporcional entre o aumento do investimento publicitário focado na internet e o declínio do mesmo na televisão; e o processo de *convergência midiática*, pelo qual os conteúdos televisivos circulam em novas plataformas.

No contexto de emergência dessas novas mídias, o livro pode ser encarado como uma obra que destrincha um cenário de transição, no qual a audiência televisiva tradicional *ainda* é composta por grande parcela da população. Atualmente, isto tem se alterado não apenas em razão da convergência midiática e do maior acesso a *smartphones* no país, mas, no que diz respeito ao jornalismo policial, como consequência do surgimento de sites, blogs e páginas em redes sociais voltados para o compartilhamento de vídeos e notícias sobre eventos criminais.

No primeiro capítulo, o objetivo central é situar o jornalismo policial na televisão brasileira contemporânea. Para isto, relaciona-o ao chamado *jornalismo popular*. Neste, a estratégia de sedução do público consiste, frequentemente, na cobertura da inoperância dos poderes estatais. Por outro lado, a participação da audiência por meio de sugestões, sorteios e enquetes também é elemento bastante característico dessas produções.

Em vez do virtuosismo técnico e da presunção de objetividade na apresentação das notícias, o telejornalismo policial é marcado pela precariedade visual e pelos comentários improvisados. Nele, a máxima da informalidade faz com que os apresentadores, informados sobre contextos práticos, mas pouco aptos à reflexão sistemática e racional, repliquem percepções e representações sobre os casos. Esse processo é entrelaçado a julgamentos moralizadores, deixando claro para o telespectador o que e quem está certo ou errado no evento noticiado.

A ascensão desse tipo de jornalismo, porém, não foi um evento plenamente espontâneo, fruto dos gostos estéticos de seus apresentadores. Ela esteve fundamentalmente atrelada às transformações na estrutura de classes brasileira. Se o conteúdo televisivo foi direcionado para as classes A e B entre a década de 1970 e o início dos anos 1990, na segunda metade deste houve um direcionamento maior para a dita classe C. Direcionamento que só aumentou durante as décadas de 2000 e 2010.

Instantaneamente rastreada pela produção televisiva nacional, esta nova configuração das classes repercutiu nos modos de fazer televisão no país. A chamada *nova classe média*, foi, deste então, o alvo dos programas de entretenimento, do jornalismo policial e, no mesmo sentido, os seus gostos passaram a definir o que classificamos como *popular*.

Ribeiro, no entanto, é bastante crítico quanto à definição tradicional da classe C. Para ele, apesar de ter atingido uma condição socioeconômica razoável, esse grupo não possui o capital cultural herdado das outras gerações, como a classe média tradicional. Diante disso, prefere utilizar a denominação *batalhadores*, cunhada por Jessé Souza, que reflete a condição dos trabalhadores que, mesmo beneficiados com a ascensão social em massa, continuam diferenciados das classes médias tradicionais. O autor acredita que a *quase-interação mediada* dos programas policiais é voltada para a reiteração da visão de mundo desse público.

No capítulo 2, são apresentados os resultados de uma etnografia realizada no programa “Alterosa em Alerta”, produzido e exibido na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Revelando as minúcias do campo jornalístico, o autor pensa a produção do programa não somente a partir de sua linha editorial, mas das posições dos jornalistas na redação e dos aspectos organizacionais desta. Sobre este último ponto, mostra como aspectos contingentes – como a escassez de tempo, a facilidade ou dificuldade no acesso a imagens do evento noticiado e a existência de recursos humanos e infraestruturais insuficientes – influenciam o processo de construção das notícias.

Ribeiro também mostra que as notícias são produzidas a partir de um conjunto de interações entre os agentes internos e externos à emissora. Órgãos estatais – como prefeituras, polícias e corpo de bombeiros – podem, por si mesmos, indicar pautas e matérias para o telejornal. Ao mesmo tempo, um procedimento chamado “ronda” – pelo qual os jornalistas acionam, via telefonema ou aplicativos de mensagens instantâneas, uma série de contatos nessas e em outras instituições – é ação corriqueira na redação do telejornal etnografado.

A intensa comunicação dos jornalistas do “Alterosa em Alerta” com a polícia e outras instituições direta ou indiretamente a ela relacionadas produz uma íntima relação entre jornalistas e fontes policiais. As interações profissionais e, por vezes, afetivas se desdobram numa cumplicidade entre os redatores dos programas

policiais e as *instituições da ordem*. Legitimando reciprocamente suas narrativas sobre o crime e os criminosos, mídia e polícia formam um *continuum* cuja base retórica e ideológica fundamental é o *punitivismo*.

Por outro lado, o público *comum* também costuma interagir com o programa. A população não só envia, por intermédio das redes sociais, elogios e sugestões de pauta, como fornece informações úteis para a solução de crimes. Diante de sua exposição, é possível adicionar a população ao *continuum* que envolve os programas policiais e a polícia na reprodução do mesmo discurso da ordem.

No que diz respeito aos comentários realizados pelo apresentador do programa, chama atenção o mecanismo discursivo acionado. As críticas individualizadas a um criminoso costumam se transformar rapidamente na responsabilização dos políticos. Tudo se passa como se a ação dos primeiros fosse resultado direto das práticas dos últimos, mesmo se estes estiverem em instâncias distantes daquelas que comandam a polícia local.

A criação de um inimigo comum é o efeito principal desse mecanismo. Por meio dele, o apresentador do “Alterosa em Alerta” pode tecer uma série de críticas e fazer um sem-número de julgamentos relacionados ao problema do crime. A eficácia simbólica está ligada não à racionalidade do discurso, mas à sua adequação ao que a suposta audiência de batalhadores espera.

Depois de investigar as práticas na redação do “Alterosa em Alerta”, uma análise do discurso dos dois programas de maior audiência do país – “Brasil Urgente” e “Cidade Alerta”, exibidos na Rede Bandeirantes e na Rede Record, respectivamente – é realizada no terceiro capítulo. Buscou-se apresentar a estrutura geral das notícias e comentários dos apresentadores a fim de evidenciar homologias com outros programas do gênero e, em consequência, revelar uma espécie de *tipo ideal* do telejornalismo policial brasileiro.

A análise do discurso proposta por Ribeiro foge àquelas nas quais o discurso é visto partir de si mesmo. Em vez de focar nos procedimentos internos, o autor está mais preocupado em explicitar as condições socio-históricas às quais ele está relacionado. Assim é possível não apenas construir um modelo típico-ideal e/ou descritivo, mas relacionar tais discursividades às suas condições de possibilidade. Em suma, trata-se de uma análise praxiológica do discurso, pois que relacionada às distinções sociais e à estrutura de classes brasileira.

Antes, porém, de chegar a essa análise, Ribeiro mostra como os conteúdos desses telejornais estão adequados às definições de jornalismo popular discutidas no primeiro capítulo. A busca pelo extraordinário e pelo impactante é uma das tônicas, como mostram os temas da maioria das matérias: desastres naturais, eventos caóticos na cidade e crimes chocantes – como casos de pedofilia, assassinatos passionais, parricídios e mortes causadas por brigas no trânsito. Outros conteúdos pitorescos também são apresentados: conflitos entre celebridades, casos de emagrecimento forçado, erros médicos e vídeos espetaculares amplamente compartilhados na internet. Como na definição de jornalismo popular, esses conteúdos visam, sobretudo, despertar sensações no telespectador.

Apesar da importância dessas matérias para os programas, elas não ocupam a maior parte do tempo. Este é preenchido pelo discurso dos âncoras, que tecem e replicam comentários, realizam julgamentos, reexplicam, de modo simplificado, os acontecimentos narrados nas matérias e interagem, por meio de telefonemas e enquetes, com o público. Diante disso, o autor percebeu certo modelo ideal de apresentação: exibe-se uma matéria curta, os jornalistas comentam de modo dramático, em seguida repetem a história de modo simplificado e reiteram, dessa vez com mais intensidade, suas impressões e seus julgamentos iniciais.

Os comentários dos apresentadores costumam ser difusos e ambíguos. Como no “Alterosa em Alerta”, suas críticas específicas se transformam em críticas macropolíticas e, por vezes, desvinculadas dos eventos práticos que narram. Esse processo é, em geral, improvisado pelos âncoras e, talvez por isso, esteja mais aberto às suas posições político-ideológicas. Neste ponto, o autor destacou como algumas pautas, como a redução da maioria penal e a defesa da pena de morte, são claramente defendidas pelos apresentadores José Luiz Datena e Marcelo Rezende.

Na segunda parte do terceiro capítulo, há uma análise da narração de uma perseguição policial no bairro de Jardim São Luís, Zona Leste da cidade de São Paulo. No ano de 2015, um policial de moto acompanhou dois suspeitos de terem praticado crimes. Com um final brutal, resultando na morte dos suspeitos, os mesmos procedimentos discursivos apresentados nos outros capítulos se expressaram: exaltação do policial responsável pela morte, justificção de sua atitude e dramatização exacerbada do caso. Mesmo sem saber o motivo da perseguição, ambos os

apresentadores legitimaram claramente a ação dos policiais por meio desses discursos.

O quarto, e último, capítulo do livro é uma tentativa de *explicar* e *compreender* a recepção do discurso do telejornalismo policial pelo seu público consumidor. O material utilizado na análise foi resultado de entrevistas, grupos focais e questionários aplicados a jovens de classe média da cidade de Juiz de Fora e a estudantes de classes populares de outra cidade – não informada – do estado de Minas Gerais. O autor partiu do pressuposto de que os discursos não são incorporados passivamente pelos sujeitos, mas interpretados e refletidos – mesmo que tal reflexividade seja um produto dos constrangimentos materiais e simbólicos que subjazem suas posições na topologia social.

Em relação à interpretação dos jovens sobre os programas, Ribeiro percebeu que os mais pobres os encaravam como meios de perceber uma realidade muitas vezes distante da cidade de interior onde moram. Tratava-se, para eles, de *ver o que acontece lá fora* e, por consequência, perder a ingenuidade sobre os perigos da vida social. Os apresentadores, por sua vez, eram vistos pelo mesmo público como homens corajosos, devido à sua capacidade de falar o que não costuma ser dito no jornalismo tradicional.

Comparando as percepções dos jovens das classes populares e das classes médias, o autor focou em alguns temas. Entendeu que é mais forte entre os jovens das classes mais baixas uma visão pessimista sobre o problema do crime. A maioria deles acredita que há *inversão de valores* na atualidade, enquanto a maioria dos entrevistados das classes médias discorda frontalmente dessa afirmação. No mesmo sentido, os jovens das classes baixas acreditam que as principais razões para a prática de crimes estão no próprio sujeito: é resultado de valores e influências negativas, enquanto os jovens das classes médias acreditam que as principais motivações são estruturais, pois que ligadas à falta de oportunidades de trabalho.

Para o autor, a recepção do discurso dos apresentadores está em conexão direta com a posse ou a ausência de capitais culturais e econômicos herdados. Por isso a classe C ou, como prefere, *os jovens de classe popular*, costumam ter uma interpretação *punitivista* do problema. Os jovens das classes médias, munidos de um capital cultural herdado historicamente, estiveram distantes dessas percepções orientadas por noções *pré-reflexivas*. Daí porque estes últimos encaravam a solução dos problemas a partir de medidas estruturais de combate à desigualdade, enquanto os

mais pobres acreditavam sobretudo no recrudescimento penal como meio para combater o crime.

Duas críticas podem ser apresentadas sobre o livro de Fábio Ribeiro. Por um lado, a obra dedica muito espaço a uma discussão conceitual, que poderia ser encaixada na seção de apresentação da pesquisa empírica. Como mencionei, grande parte da introdução discorre sobre as teorias sociológicas e da Comunicação amplamente conhecidas, que expressariam melhor seu potencial heurístico se confrontadas com a rica pesquisa de campo. O espaço destinado a esta maçante exposição poderia ser mais bem aproveitado com dados empíricos, documentos, fotografias e outras referências para o leitor.

Por outro lado, ao tomar as percepções dos entrevistados como um desdobramento *quase* automático de suas posições na topologia social, a análise beira a reificação conceitual. Em vez de apenas identificar apenas as regularidades nas percepções de classe, o autor poderia ter se dedicado também às diferentes percepções intraclasse, de modo a evidenciar por que e como sujeitos com a posse dos mesmos capitais podem ter interpretações diferentes sobre a realidade. A sociologia francesa *pós-bourdiesiana*, crítica da circularidade entre *habitus* e campo, ajudaria nesta tarefa.

As críticas, porém, não comprometem a importância do livro para pensarmos a relação entre mídia, sociedade e política. Como já afirmado, ele fornece um rico panorama, micro e macrossociológico, de um momento de transição, em que as novas mídias estão modificando o jornalismo e, com ele, o telejornalismo policial. Ao contrário daqueles que anunciaram uma horizontalização do acesso à informação, Ribeiro nos mostra que as percepções do público, seja da televisão ou da internet, são um produto da posição dos sujeitos nas estruturas sociais.